

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E QUALIDADE AMBIENTAL CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS</p>
---	--

Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2017/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de resolução que *“Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, referidos no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para o exercício orçamentário de 2018”*.

1. Histórico

11. A Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, estabelece no inciso II, do § 1º, que setenta e cinco centésimos por cento (0,75%) do valor da energia produzida constituem pagamento pelo uso dos recursos hídricos e serão aplicados, nos termos do art. 22, da Lei nº 9.433, de 1997, na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH.

12. De acordo com o que estabelece as Resoluções CNRH nºs 70/2007 e 97/2008, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos define as prioridades para aplicação desses recursos. Para tal, cabe a Secretaria-Executiva do CNRH, a cada dois anos, formalizar o processo de consulta aos Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de domínio da União e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. As respostas recebidas são encaminhadas à Agência Nacional de Águas, com vistas a subsidiar os planos de aplicação referentes aos dois exercícios subsequentes.

13. Dada a importância da articulação do processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH com a definição das prioridades para a aplicação dos recursos provenientes da cobrança se considerou para o exercício orçamentário de 2012 a 2015, excepcionalmente, as prioridades definidas na Resolução CNRH nº 135, de 14 de dezembro de 2011, que aprovou a primeira revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

14. No período de 2015 a 2016, o PNRH passou por sua segunda revisão, e chega agora ao último ciclo de implementação (2016-2020), com a definição de 16 Prioridades, desdobradas em 45 Ações e 71 Metas para implementação até 2020, aprovadas pela Resolução CNRH nº 181/2016. As Prioridades, Ações e Metas do PNRH orientarão, em especial, a atuação do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional de Águas, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, além da proposição de editais e chamadas públicas do Fundo Nacional Setorial de Recursos Hídricos (CT-HIDRO), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC).

2. Análise – Proposta de Resolução

21. Na 95ª Reunião da CTCOB, realizada nos dias 27 e 28 de março de 2017, foi colocado como item de pauta o Aprimoramento dos Mecanismos de Consulta e de Priorização da Aplicação dos Recursos oriundos do Setor Elétrico. Nesta ocasião, a Gerente

DRH/SRHQ/MMA, Adriana Lustosa apresentou o contexto de como é realizada, atualmente, a consulta e destacou a aprovação da Resolução CNRH nº 181/2016. Ao fim solicitou aos membros da CTCOB que avaliassem a pertinência de se utilizar os mecanismos de consulta, segundo a Resolução CNRH 70, ou referendar as metas do PNRH como prioridades para aplicação dos recursos da cobrança.

22. Com base nas argumentações apresentadas, foram realizadas considerações acerca do processo para se definir as prioridades de aplicação dos recursos oriundos do setor elétrico. Foi ressaltado que a consulta já ocorreu várias vezes e de distintas formas, mas os resultados não pareciam satisfatórios, devido à dificuldade de saber qual o nível de prioridade para cada ação, dentre outros aspectos apontados.

23. Destacou-se, assim, a necessidade de aprimoramentos desta pesquisa aos CERH e CBHs federais, a fim de proporcionar um diálogo com as prioridades do PNRH e um melhor direcionamento na aplicação destes recursos. Para tanto, seria necessária uma articulação com a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

24. Como encaminhamento das discussões, acordou-se pela elaboração da proposta de Resolução, considerando a Resolução CNRH 181/2016 para o orçamento de 2018 e, estabelecendo que para os exercícios orçamentários 2019-2020 deveria ocorrer a consulta, seguindo a Resolução CNRH 70 e suas alterações.

25. Assim, no tocante às prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o período 2018, a CTCOB recomenda a adoção daquelas definidas na Resolução nº 181/2016, nos seguintes termos:

“**Art. 1º** A aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso II, do § 1º, do art. 17, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2018, as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, contidos na Resolução nº 181/2016.”


“**Parágrafo único:** para os exercícios orçamentários de 2019 e 2020 deverá ser observado o disposto na Resolução nº 70/2007 e suas alterações.”

3. Conclusão

3.1. Com base no exposto, recomenda-se à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL o acolhimento da proposta de resolução e posterior envio ao Plenário do CNRH, para aprovação.

Este é o parecer.

Em, 20 de abril de 2017.


LÍVIA SOALHEIRO
Presidente da CTCOB